

## **Vozes da transformação no modo ignorado da existência: caatingueiros atravessados por outros mundos<sup>1</sup>**

Aurilene Rodrigues LIMA<sup>2</sup>  
Eliã Siméia AMORIM<sup>3</sup>  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

**RESUMO:** Problematiza-se processos comunicacionais, mostrando a perspectiva dos povos caatingueiros no entendimento e enfrentamento das transformações que estão acontecendo no seu mundo. A interpretação deu-se por meio da Análise do Discurso e da teoria interacionista de Bakhtin/Voloshinov. Os sentidos produzidos acerca desses conflitos são passíveis de serem compreendidos, mas isso exige uma atenção diferente. É preciso ouvi-los como uma manifestação própria, fora dos discursos dominantes. Os conflitos enunciados pelos caatingueiros denunciam o modo como os projetos estão sendo impostos e fazem ver, no que dizem e como dizem, as suas tentativas de intervenção, de participação. Dentre todos os conflitos demonstrados, o maior, de todos eles, é o desaparecimento do povo caatingueiro e com ele um modo de existência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Processo de Comunicação; Discurso; Caatingueiros; Caatinga; Modernização;

### **1. Vozes ignoradas: caatingueiros atravessados por outros mundos**

Grandes transformações atravessam a vida da população caatingueira<sup>4</sup> e consequentemente os processos comunicacionais em curso. A presença e atuação de projetos de modernização invadem o lugar. A implantação do Parque Nacional de Conservação, o Boqueirão da Onça<sup>5</sup>, tem como personagem principal a onça pintada, motivo de acaloradas discussões e muitas controvérsias; a implantação de diversos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 8 – ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. GP Teorias da comunicação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Comunicação (ECA/USP). Docente Assistente da Universidade do Estado da Bahia, UNEB – DCH – Campus III, Juazeiro (Ba), e-mail: aurilene.rl@bol.com.br

<sup>3</sup> Doutora em Ciências da Comunicação (ECA/USP). Docente Assistente da Universidade do Estado da Bahia, UNEB – DCH – Campus III, Juazeiro (Ba), e-mail: eliasimeia@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Os caatingueiros ouvidos neste trabalho, vivem “nas caatinga”, em povoados ou fazendas, próximos a serras, lagoas ou brejos no município de Sento-Sé, localizado no extremo norte da Bahia, região semiárida do Nordeste brasileiro, no Sertão do São Francisco.

<sup>5</sup> A região do Boqueirão da Onça, que envolve os municípios de Umburana, Sento Sé, Sobradinho, Campo Formoso e Juazeiro, possui as maiores cavernas do hemisfério sul, uma flora repleta de espécies raras e espécies ameaçadas de extinção, a exemplo da Onça pintada.

---

Parques Eólicos, a partir da mais “recente” descoberta do setor: os melhores ventos do Brasil estão no Nordeste<sup>6</sup>; a instalação de garimpos para extração de ametista e cristal branco. A maior referência é o garimpo de Quixaba<sup>7</sup>. Mais recentemente, no final do ano de 2018, a população foi surpreendida com a notícia de uma licença prévia para exploração de ferro pela empresa Anglo-Australiana Colomi Iron Mineração.

Todos esses projetos estão sendo implementados nos mesmos espaços/tempo no município de Sento-Sé, especialmente nas áreas de caatinga, nas serras e suas proximidades, através de um aparato discursivo e tecnológico do Estado e empresariais que atravessam o mundo de caatingueiros do Sertão do São Francisco, ignorando os modos de existência dessa população e suas vozes. Elas não são ouvidas, até porque não foram previstas em nenhum desses projetos.

Essa pesquisa se desenvolveu, portanto, no contexto de implantação de projetos modernizantes que estão modificando os modos de existência da população caatingueira, os quais não consideram os modos de pensar e de se expressar desse povo. Várias intervenções estão sendo feitas no espaço/território dessa gente.

Os enunciados e os processos de enunciação materializados neste trabalho nos fazem ver que os projetos modernizantes<sup>8</sup> que atravessam o mundo caatingueiro<sup>9</sup> não se sustentam se forem considerados a partir das problematizações dos próprios caatingueiros. Os processos comunicacionais analisados demonstram que os conflitos são enunciados desde o ponto de vista do modo de existência dessa população e o maior deles parece ser o fato de que para os projetos vingarem tal como foram concebidos, o povo precisa desaparecer. Não se trata de um objetivo explicitado pelos projetos, mas a forma como esses vêm sendo implantados, excluir a população local parece ser uma condição.

As falas transcritas das entrevistas com os caatingueiros, assim como os documentos analisados demonstram que os discursos dos representantes desses projetos

---

<sup>6</sup> Segundo o então Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, em entrevista à BBC News Brasil em 2015; "O vento brasileiro está predominantemente localizado na parte setentrional do Nordeste, com potencial identificado de 300 gigawatts", diz Braga à BBC Brasil. "Esse potencial tem se revelado cada vez mais eficiente, levando a um investimento significativo nessa região." [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110\\_energia\\_eolica\\_nordeste\\_rb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_energia_eolica_nordeste_rb)

<sup>7</sup> Esse povoado fica a cerca de 50km da sede do município, parte dele abriga um garimpo de ametista, ainda ilegal, mesmo sendo comparado ao de Serra Pelada, no Pará. Paradoxalmente, a área do garimpo está situada no Parque Boqueirão da Onça.

<sup>8</sup> Criação de um Parque de Conservação, o Boqueirão da Onça; Instalação de Parques Eólicos e Exploração de Minérios por grandes empresas mineradoras.

<sup>9</sup> Lugar onde hoje se denomina bioma caatinga e onde habita uma população que se auto-denomina de caatingueiros. Neste trabalho me refiro à população caatingueira do município de Sento-Sé Bahia.

ignoram ou acreditam que se opõem à perspectiva caatingueira dentro de noções vagas como, por exemplo, a noção de desenvolvimento. Procurei demonstrar que os sentidos produzidos por essa população acerca desses conflitos são passíveis de serem ouvidos e compreendidos, mas isso exige uma atenção diferente. É preciso ouvi-los como uma manifestação própria, fora dos discursos dominantes. Os processos comunicacionais dos caatingueiros são praticados como ato político, mesmo sem forças suficientes para intervir, desenvolvendo a enunciação de novos problemas diante dos acontecimentos.

## 2. Vozes da transformação: enunciados e processos de enunciação de caatingueiros

A comunicação é, antes de mais nada, uma *experiência antropológica* fundamental. Do ponto de vista intuitivo, comunicar consiste em compartilhar com o outro. Simplesmente não há vida individual e coletiva sem comunicação. E o que caracteriza cada experiência pessoal, como a de qualquer sociedade, é definir regras de comunicação. Não há seres humanos sem sociedade, como não há sociedade sem comunicação. E é por isso que a comunicação é, ao mesmo tempo, uma realidade e um *modelo cultural*. (Wolton, 2004, p.30)

A dimensão antropológica da comunicação é um aspecto fundamental desse trabalho, uma vez que se propõe a discutir o modo de pensar e de se comunicar de um grupo social, tradicional, frente a projetos modernizantes que atravessam o seu mundo.

Compreendo a comunicação da mesma forma explicitada por Fígaro (2012, p.10): como sendo uma “característica constitutiva do humano, presente em toda relação social”. Essa concepção contraria a ideia de comunicação como mera informação. Um outro aspecto importante para a compreensão da comunicação como constitutiva do humano, ressaltado por Fígaro é o fato dessa se efetivar pelas linguagens, especialmente a linguagem verbal, não como uma “ferramenta”, que expressaria o pensamento do exterior para o interior, mas como um meio de “produção da vida em sociedade”.

Ao longo da História do Brasil, na República, esses caatingueiros foram ignorados como um povo com cultura própria, sendo considerados apenas, brasileiros pobres. Ainda hoje, apesar de uma abertura pela ciência, da diversidade que constitui a sociedade brasileira, são pouco estudados e normalmente, dentro de uma perspectiva de fora. Favorecer a materialidade dessa comunicação exigiu da pesquisadora o rigor de tratar de

algo estranho à tradição do pensamento ocidental moderno. Nesse sentido, a comunicação para se efetivar, exige que toque o leitor e esse se abra para um outro pensar e se comunicar. No atual ritmo das transformações uma perspectiva que se coloca é o desaparecimento desse povo e junto com ele uma alternativa de mundo<sup>10</sup>

Nas mídias, corre a notícia de que Sento-Sé tem os melhores ventos do Brasil, uma das maiores reservas de minério do país e o bioma com a maior diversidade de fauna e flora do Nordeste. Entrevistei o professor Ananias<sup>11</sup>, também conhecido como Galo para saber como as informações sobre os projetos e programas que visam as transformações no município têm chegado até ele, professor, radialista e fotógrafo de tudo o que se passa no município. Por isso, e por conta própria, tem acompanhado e noticiado esses acontecimentos. Ele me diz que tem percebido desde 1998 uma movimentação, principalmente na região do Boqueirão da Onça, região das serras, conhecida pela quantidade e variedade de animais, plantas, minérios e nascentes de águas cristalinas. Segundo ele, inicialmente havia a presença de uma equipe que dizia estar interessada na exploração de minério, o que provocava nos moradores a esperança de uma mudança “radical”. Resta saber que mudanças seriam essas e o que seria esperar nesse tempo. Essa equipe se identificava como sendo do governo. Embora já houvessem naquela época empresas propriamente interessadas na exploração desses tais minérios, ele pressupõe que na verdade já se fazia observação dos canais de vento que sopravam na região.

Ao observar para onde se destina o interesse pelas terras, e, hoje em dia sabendo-se do interesse pela produção de energia eólica, Ananias elabora sua narrativa fazendo nova suposição. Essas colocações não são premissas de uma lógica abstrata, são observações que vão nos situando acerca dos interesses em questão. O pensamento dele vai se fazendo, a partir da somatória das observações, do que ele já pode observar e do que continua observando. Nesse sentido, fui acompanhando os seus processos de enunciação e as formulações de seus enunciados atentamente, ao tempo que entrevistava outras fontes.

Em Bakhtin/Voloshinov (2006, p. 127) encontramos,

Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em

---

<sup>10</sup> Sobre essa questão, o título do livro do professor e pesquisador Esmeraldo Lopes, já citado: “Caatingueiros e Caatinga – a agonia de uma cultura”, denota essa problemática.

<sup>11</sup> Como dito anteriormente, esse entrevistado é identificado, neste trabalho, como um Intelectual Orgânico.

---

processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosa e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão. Assim, cada um dos elementos significativos isoláveis de uma enunciação e a enunciação toda são transferidos nas nossas mentes para um outro contexto, ativo e responsivo. A compreensão é uma forma de diálogo, ela está para a enunciação assim como uma réplica está para outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra.

Nesse processo de tradução/compreensão ativa busquei dialogar com os entrevistados, tanto no momento da entrevista, quanto diante da transcrição no momento da análise, tornando potente as suas vozes, os sentidos dos seus processos enunciativos, tão caros para esse povo. Assim, busquei me fazer presente, atenta e responsabilmente ativa diante da construção dos processos de enunciação e dos enunciados formulados pelos entrevistados, vendo e me fazendo ver no outro a partir das várias palavras ditas nos diálogos. Considerei assim como Fígaro (2012, p.10) que “o campo da comunicação tem por objeto conhecer o processo comunicativo, ou seja, as interações que se dão entre sujeitos históricos e os modos de produção/recepção de técnicas, estéticas e sentidos dessas inter-relações”. Nessa perspectiva, os processos comunicativos nesa pesquisa se referem às interações entre os sujeitos, mas especialmente, ao modo como o caatingueiro desenvolve os seus processos de enunciação, considerando os seus modos de pensar, de se fazer caatingueiro, transformando a si e interferindo de forma coletiva, no contexto das transformações que ora atravessam o seu mundo.

Esse processo de enunciação foi atentamente visto, ouvido, percebido por mim na sua materialidade, ou seja, no texto, no enunciado e no discurso. Nessa escuta e escritura, salta uma Língua Caatingueira, um pouco diferente daquela língua portuguesa tal qual habitualmente costumamos ouvir, parece não existir aí uma gramática inteiramente prevista. Na fala há a performance da voz. Assim, não dá para resumir a fala do caatingueiro porque não são as palavras somente que definem o texto, mas as relações, os desenhos que a gramática faz, desenho do diálogo. Ao se referir por exemplo a algo que se despedaçou, a palavra também se despedaça junto: “ismigaaaihou”; a um ambiente muito escuro, a palavra escurece junto: “escuuuuuridão”.

Entrevistei a professora Francisca. Sobre o modo como os parques foram implantados e diante do fato de algumas pessoas reclamarem do lugar de instalação das torres eólicas, ela enuncia: “A empresa não vai se adaptar a mim, nós é que temos que

---

nos adaptar. Onde é que vai fazer o projeto, onde é que vai ter o gerador, empresa quem sabe”. Ao dizer assim, parece que ela se contrapõe aos que querem definir o lugar das torres, defendendo a prerrogativa da empresa. Ao mesmo tempo, porém, para a professora, houve uma grande injustiça no dia da inauguração dos parques: o governador da Bahia anunciou a instalação de quatorze torres na propriedade de um tio dela, mas depois do anúncio, o projeto foi modificado e as torres foram instaladas em outro local. Em decorrência desse fato, um primo ficou muito aborrecido e acabou morrendo pelo agravamento de uma doença preexistente. Neste caso, ao entender a mudança do parque como injustiça, a professora sinaliza que a afirmação anterior era a constatação de como as coisas funcionam. Ela não havia se posicionado, mas se dado conta de como as coisas funcionavam, depois que já estavam em funcionamento.

O anúncio feito pelo governador, seguido do não cumprimento do anunciado teve uma conotação política muito forte o que afetou sobremaneira as relações entre os familiares. Nem o governador governa. A empresa é quem tem a palavra final. As explicações sobre as modificações do projeto não foram dadas, as pessoas precisaram juntar as informações fragmentadas. Há uma distância entre a comunicação da empresa que é impessoal e o cotidiano dos moradores. Essa impessoalidade se traduz num interesse único, sem considerar a complexidade do lugar<sup>12</sup> onde está se instalando. Não existe presença o governador, nem a população local, somente uma aparente neutralidade do parecer técnico. A professora concluiu que “eles tiraram de lá, porque lá era menos o vento, eles não disseram, eles não chegaram a dizer, mas foi nois que descobrimos que lá não tinha o mesmo vento”. Não dizer, não esclarecer, faz parte da política da empresa. No entanto, neste caso, nem foi preciso que a empresa dissesse, os moradores já conheciam os caminhos do vento, ou melhor os canais de vento, até porque, já se percebia desde sempre a força desse ar em movimento. “Nois sabia toda vida que tinha vento, não que ia vender vento. A única pessoa que dizia que ia vender vento era eu, sem saber nada, dizia ingenuamente”, relatou a professora. Esse é um saber que vem de uma reflexão sobre a experiência, na vivência com o vento forte que chegava a incomodar. Como nos diz Larrosa (2015), um saber que não é científico e nem informativo. É um saber do que “nos acontece”, do que “nos toca”. A perspectiva de uma fonte de renda para os moradores era quase nenhuma, vender vento era falar do que por ali tinha de sobra.

---

<sup>12</sup> Sobre a relação entre lugar e desenvolvimento ver ESCOBAR (2005).

---

Seo<sup>13</sup> Domingos cria e cuida de animais seus e de outros moradores, exercendo a função de vaqueiro. Ele conta que a empresa está cortando várias áreas e “botando umas [torres] com 100 m, outras com 200 m, e fica assim sabe, salteado. E fica atrasado para os proprietários, pra empresa não, a empresa está colhendo os terreno, pra não vim outra empresa de fora”. Os enunciados sobre os conflitos vão se constituindo de forma empírica, assim como fez a professora Francisca e os demais entrevistados. Eles demonstram que essa é a estratégia da empresa para não perder espaço e assegurar o seu território: demarcar as terras de forma espaçada, de modo que os espaços intermediários fiquem reservados para ela. As torres são colocadas também com essa intenção. Ao expandir a área dos parques, a empresa dificulta a chegada de outros empreendimentos. Seo Domingos percebe toda essa movimentação, por isso, precisa agir ligeiro. “Você quem precisa, é quem corre atrás. Aí um chega e oferece um dinheiro a mais do que estão arrendando, aí o cabra já arrenda a propriedade, aí eles [os outros proprietários] pra não acontecer estão tomando a frente”. Cada proprietário vai cercando o seu pedaço. Uma cerca aqui, outra ali. O que antes era um espaço de convivência comum, onde cada um cuidava do que era seu e dos outros, hoje se tornou um labirinto de conflitos e intrigas. É a transformação do território em espaço físico, ou seja, o desaparecimento da sua territorialidade<sup>14</sup>.

A professora Francisca fez a seguinte descrição: “meu marido vai de moto e tem dificuldade de passar, às vezes não é nem roça, eles cercam só um pedaço na terra, nas divisas, só pra provocar mesmo, pra empresa não passar”. Essa estratégia usada por parentes, vizinhos, compadres não é dita, falada, vai sendo conhecida, vendo a cerca sendo fincada no chão. É algo que se decodifica e se desterritorializa<sup>15</sup>. “Aí é o seguinte, o pessoal reclama muito. Uns arrendou, outros não arrendou. Aí quem não arrendou não quer que passe a estrada por dentro de seu terreno”. Algumas pessoas arrendam, outras não arrendam, porque temem perder as terras. Essa desconfiança surge da incompatibilidade entre o modelo de instalação dos parques eólicos com demarcações, cercas, etc. e o modo tradicional de ocupação da terra. Nesse sentido, Escobar (2015) ressalta que “aquilo que ‘ocupa’ é o projeto moderno de Um Mundo que procura

---

<sup>13</sup> Uso ‘seo’ como pronome de tratamento masculino e ‘dona’ para o feminino.

<sup>14</sup> Ver Haesbaert (2003)

<sup>15</sup> Segundo Haesbaert, o processo de desterritorialização pode acontecer sem deslocamento físico, mas com a precarização do território e das territorialidades (2004)

---

transformar os muitos mundos existentes num só (o mundo do indivíduo e do mercado); e aquilo que persevera é a afirmação de uma multiplicidade de mundos”.

A criação dos parques vai se constituindo em um processo de desterritorialização da população caatingueira. A necessidade de demarcação das terras altera o princípio da ocupação tradicional, que se constituía no uso coletivo das terras, com demarcações de propriedades individuais, negociadas diretamente entre os moradores de uma mesma região. A luta pela permanência na caatinga passa pela enunciação dos conflitos que emergem com a forma como os projetos estão sendo implantados, ao mesmo tempo em que os moradores buscam formas de intervir. As cercas nos fazem ver os conflitos. É um dizer fazendo. Não é um discurso verbal, mas mostra o que acontece e já é uma intervenção na forma como os parques estão se implantando. As cercas mostram um limite para a ação da empresa, ao mesmo tempo informa que ali tem dono, numa demonstração de que os moradores sabem como funciona a implantação dos parques, torre, por torre. Essa intervenção dos moradores chama a empresa para negociar e denuncia que a participação deles não está a priori, garantida. Não há por parte dos moradores uma oposição aos parques, nem uma defesa da sua territorialidade, pelo contrário, dispõem-se a mudar, porém, reconhecem que sua participação na criação dos parques não está prevista.

Por outro lado, os moradores tentam adentrar nos meandros da empresa, entender a sua lógica, captar as suas intenções. A professora Francisca conta que “tem um rapaz que trabalha lá. Esse rapaz foi quase criado pela irmã dela. Ele hoje é dessa empresa. Aí marcou com minha irmã que vinha uma noite aqui, mas nunca apareceu, não quer contato”. Esse foi o recado dado pelo “filho” da sua irmã. Ele não podia aparecer, agora era da empresa e ter contato fere as regras do contrato. “Ele é um dos tirador da leitura aqui. A empresa viu nosso contato com ele, não estou dizendo que foi a empresa, acho que ele ficou com medo”. Ao justificar assim, a professora está mais uma vez se situando nesse processo: o tirador de leitura também é parente, quase filho, por isso, ele poderia ser o acesso à empresa, mas logo ele, que poderia ser, não o é. A perda do vínculo tradicional se dá pela quebra da territorialidade, quando as relações familiares já não mais se asseguram e uma pessoa se torna um indivíduo subalterno aos interesses da empresa. Isso vai fragilizando o território caatingueiro, os seus laços de confiança, seus valores.

Não ter a quem dizer o que pensam, manifestar os seus conhecimentos, os seus desejos, enunciar seus problemas é muita agonia para os caatingueiros, porque sempre



fizeram tudo falando, conversando com as pessoas, com os bichos, as plantas, cantando, benzendo e rezando. Por isso, seo Chicada, esposo da professora Francisca, quis falar. Aproveitou uma brecha na nossa conversa e disse: “eu sei que houve escavação”. A escavação foi surgindo, mesmo a empresa não dizendo que iria escavar daquele jeito. Ele não conseguiu impedir, mas sentiu: “eu tenho pena dos imbuzeiros, porque isso é muito nosso”. O imbuzeiro é da caatinga. Os índios o chamavam de “árvore que dá de beber”. É forte, resistente, alimenta pessoas e animais. No tempo do verde traz fartura, sombra, “imbu” verde, “imbu” maduro, “imbuzada<sup>16</sup>”. No tempo seco, guarda água em suas raízes, adormece. Nos dois tempos, acolhe os animais na sua sombra e nos seus galhos: bodes e ovelhas descansando, periquitos, rolhinhos, cardeais, pousando e revoando de pau em pau. É conhecida como a “árvore sagrada do sertão”, símbolo de fé e resistência. A empresa não quer saber dessas coisas. Seo Chicada denuncia: “cortaram os imbuzeiros que nós tinha muita amizade”. Esse é um sentimento de pertencimento, acolhimento, proteção. “Eles cortaram para fazer estrada, eram quatro imbuzeiros, os bichinhos juntos, onde as ovelhas descansavam, mas nem deu certo a estrada”. Para o caatingueiro, não existe essa separação entre bicho, homem, planta. É tudo vivente<sup>17</sup>. Vem a empresa e só vê a estrada. A importância do imbuzeiro no discurso do seo Chicada não pode ser vista pelo regime de significação, pois não se trata de um significado a ser alcançado pela interpretação nas palavras. A tradução aqui exige situar o imbuzeiro no território existencial do caatingueiro. Essa questão nos remete ao conceito de território ontológico, caracterizado pela não separação entre “o humano e o não humano, a natureza e a cultura, o indivíduo e a comunidade, “nós” e “eles”, o corpo e a mente, o secular e o sagrado, a razão e a emoção, etc. (ESCOBAR, 2016).

Ao se desconsiderar o modo como a população caatingueira se relaciona com os animais, as plantas e todos os outros seres que constituem o seu mundo, a desterritorialização da vida se intensifica. Para Escobar (2016),

É toda essa densa rede de inter-relações e materialidade que chamamos de “relacionalidade” ou “ontologia relacional” [...] é um mundo inteiro que se atualiza minuto a minuto, dia a dia, através de uma infinidade de práticas que vinculam uma multiplicidade de humanos e não-humanos. Para resumir: uma ontologia relacional pode ser definida como aquela em que nada (nem humanos nem

<sup>16</sup> Papa de umbu misturada com leite e açúcar. Pode ser comida ou bebida com farinha.

<sup>17</sup> Ver DE MARCO (2003).

---

não-humanos) preexiste às relações que nos constituem.  
Todos existimos porque existe tudo.

Nesse território ontológico, a vida se manifesta em todos os seus aspectos materiais e imateriais, constituindo vínculos sociais, interdependências, portanto, relações sociais. Nesse sentido, dizer que tem amizade aos imbuzeiros é um enunciado forte, verdadeiro, expressa “a natureza ontológica do conflito em questão”. (ESCOBAR, 2016). O marido da professora se espanta com essas coisas, “mas é do desenvolvimento”. O peso da polissemia<sup>18</sup> dessa palavra ‘desenvolvimento’ faz com que seo Chicada a enuncie dessa maneira, como algo dado, natural. Mas é do mesmo desenvolvimento que ele e a empresa falam? Na prática, não. Ele não se conforma é com o fato de alguns moradores não falarem, principalmente os que trabalham para a empresa que estavam executando o serviço, que na opinião dele, poderia dizer: “não vamos fazer por aqui não, vamos fazer por aqui”. Mais uma vez, não se sabe quem é quem. Ao que parece, trabalhar para a empresa é mais do que um emprego, é cooptação. Uma forma dos mais jovens adentrarem nesse outro mundo, o empresarial.

De acordo com o professor Ananias, no início dos anos 2000 existia uma outra “frente” na região que eram biólogos, técnicos e estudiosos verificando a possibilidade de um Parque de Conservação, mas não diziam aos moradores qual era a finalidade. Para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, os técnicos “começaram a ter que fazer contatos, amizades, entendeu? Criar vínculos, afetos com os moradores e aí começou-se a falar sobre as necessidades da conservação”. Essa constatação sobre o modo como esses agentes se relacionavam com a população só foi possível compreender depois. Ela foi percebida na dinâmica dos acontecimentos, principalmente quando interesses conflitantes começaram a ser evidenciados. Antes mesmo da minha conversa com o professor Ananias, já tinha tomado conhecimento através da mídia, sobre a proposta de implantação do Parque Boqueirão da Onça e que este já era palco de disputa entre ambientalistas, caatingueiros, empresários e poder público.

A criação do Parque Boqueirão da Onça vem promovendo um amplo processo de desterritorialização dos caatingueiros, considerando que os seus modos de lidar com a terra e com os animais está sendo forçosamente alterada pelos mecanismos jurídicos do Estado, através de seus órgãos de proteção ambiental e com a intervenção direta de organizações ambientais. Além da ameaça de deslocamento compulsório da população,

---

<sup>18</sup> Sobre esse assunto ver Silva (2016)

---

o território que antes era do domínio cultural, simbólico da população caatingueira, agora se constitui em um ambiente jurídico-político, delimitado e controlado por forças externas.

A criação de parques de conservação deve ter como objetivo maior a preservação da vida. No caso do Parque Boqueirão da Onça, estamos tratando de um bioma que está situado em um território tradicional em que a vida se mantém graças a territorialidades bastante singulares. A caatinga e o caatingueiro se fazem conjuntamente. Esta é uma relação ontológica. Não há ameaça ao bioma, pelo contrário, tem sido a garantia de sua preservação. Pensar projetos modernizantes para esse território sem a presença do caatingueiro é provocar um processo de desterritorialização que enfraquece as condições necessárias para o fortalecimento do próprio projeto de conservação. Assim como no caso dos Parques Eólicos, as pessoas sabem que a participação delas não está prevista.

O professor Ananias esclarece de uma forma geral esse processo, com a visão de professor, fotógrafo e comunicador, relata os meandros políticos da criação do Parque Boqueirão da Onça. Ele me diz que as informações sobre a implantação do Parque ainda não chegaram à população. “Nunca se falou ao morador a possibilidade da criação de um Parque, certo, os problemas que pudessem vir com a implantação de um Parque Nacional”. No entanto, desde 2003, 2004 que já se observa uma procura de pessoas de fora da região pelas terras, assim como a presença de biólogos e de organismos como o IBAMA e o ICMBios e a implantação de torres para experimento dos ventos. Os representantes dos órgãos de proteção ambiental, fazendo esclarecimentos à população para a necessidade de preservação do bioma. Mas, segundo ele, “tudo isso aconteceu com a comunicação, na minha opinião, muito precária a realidade dos moradores [...] Hoje, grandes empreendimentos se instalaram e os moradores seguem pobres do mesmo jeito”.

A grande surpresa, na opinião de Ananias se refere aos desdobramentos que se deram a partir de todas as implicações políticas, técnicas, ambientais envolvidos nesse processo, retirando do Parque, lugares tradicionalmente reconhecidos pelos caatingueiros como fundamentais para a preservação do bioma.

Esses lugares mencionados por Ananias, foram também citados pelos demais entrevistados, com um certo espanto e indignação. Nesse caso, os conflitos enunciados se referem ao desaparecimento de um povo, o caatingueiro e com ele, o ‘fim’ (SANTOS, 2007; HAESBAERT, 2004) de um território. Os representantes dos governos e os ambientalistas não dizem a finalidade do Parque, pedem para a população aguardar,

---

enquanto isso, fotografam, soltam onças, modificam mapas, fazem chiqueiros. Os caatingueiros, por outro lado, agem, denunciam, comunicam. Essa ação se dá sobretudo pela linguagem, através das conversas que passam de boca em boca, dos entendimentos, das colocações feitas nas reuniões, dos enunciados formulados no processo de pesquisa. Essas palavras veem da experiência de antes, mas também de agora: “aí tem coisa; não vão embesbedar a gente, não”. Uma língua em movimento, para adiar os fins: dos territórios e o fim do mundo (KRENAK, 2019).

### **Considerações finais**

Ao ser desenvolvida essa pesquisa pretendeu mostrar a perspectiva do caatingueiro, no modo como estão percebendo e enfrentando as transformações que estão ocorrendo em seu território, através dos seus processos comunicacionais. Esses processos foram construídos na vivência com o outro “caatingueiro” e com tudo o que o constitui: bichos, plantas, terra, vento, água, serra, céu, vento, seca e verde... Do ponto de vista da pesquisa em comunicação é preciso considerar o contexto como parte do processo comunicacional. Neste caso, a singularidade das suas expressões languageiras vem de uma reflexão sobre a experiência (Larrosa, 2015). É um saber do que “nos acontece”, do que “nos toca”. Esses saberes se transformaram em enunciados sobre os conflitos vivenciados e percebidos pelos pesquisados que iam desde a denúncia da falta de transparência e de informação até a problematização da natureza dos projetos propriamente ditos, enquanto os problemas considerados pelos empreendedores dos projetos de modernização, ao menos junto aos caatingueiros, eram de natureza prática, buscavam solucionar problemas relativos à implantação dos projetos.

Ao ouvir e traduzir as expressões languageiras dos caatingueiros, pude ver os processos de desterritorialização que estão em curso. O primeiro deles é a transformação do território caatingueiro em espaço físico, com o desaparecimento das territorialidades secularmente construídas. Assim como a colonização dos séculos XVI, XVII vandalizaram as terras indígenas, os atuais empreendimentos de mineração e de energia eólica têm desconsiderado os modos de existência dessas pessoas à medida que perpetram formas de exploração tão colonialistas como as do passado.

A criação dos parques tem alterado o modo tradicional de ocupação das terras, sem que haja um processo de reterritorialização que considere os modos de existir do

caatingueiro. Os conflitos enunciados por eles, denunciam o modo como os projetos estão sendo impostos e fazem ver, no que dizem e como dizem, as suas tentativas de intervenção, de participação. Não existe, *a priori*, uma oposição a esses projetos, nem uma defesa da sua territorialidade, contudo, percebem que as suas participações não foram previstas. A natureza dos conflitos foi sendo evidenciada à medida que os enunciados podiam ser formulados. No caso dos Parques Eólicos, a incompatibilidade entre a lógica da economia tradicional e a economia do capital ficou evidente. Um outro conflito vivenciado pela população com esses empreendimentos é o enfraquecimento dos vínculos sociais entre parentes e vizinhos, em decorrência dos conflitos de interesses entre eles. Por fim, a não consideração da natureza ontológica do território caatingueiro tem provocado processos de desterritorialização dos modos de existência desse povo e das suas territorialidades. Esse projeto que cria expectativas de desenvolvimento para a região termina se constituindo em um grande empreendimento que vem de ‘outro mundo e vai para outro mundo [...] uma energia limpa, para um mundo sujo’.

A concepção do parque no formato de um mosaico atende mais a esses interesses do que propriamente aos modos de vida da população, o que irá provocar um amplo processo de desterritorialização. Antes o que era um espaço cultural e simbólico de proteção ao próprio bioma, tem se transformado em um ambiente controlado por forças jurídico e políticas. As falas dos entrevistados nos fazem ver o enfraquecimento do projeto de conservação. O maior conflito entre todos eles, é o desaparecimento do povo caatingueiro e com ele um modo de existência e uma outra perspectiva de mundo. Ao enunciar os conflitos por eles vivenciados, o caatingueiro anuncia o fim do seu mundo. Para adiar os fins, do território caatingueiro e “o fim do mundo”, esse trabalho se propôs a ouvir essa gente e com ela efetivar uma comunicação.

## REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOSHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 16 ed. São Paulo, Hucitec, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

---

BRANDÃO, Helena Nagamine. Enunciação e construção do sentido. In: **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

ESCOBAR, Arturo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. **Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”**. DMA – UFPR, vol 35, dezembro de 2015.

FÍGARO, Roseli (org). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. São Paulo: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina - 20 a 26 de março de 2005 - Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.

\_\_\_\_\_. Concepções de Território para entender a Desterritorialização. In: SANTOS, Milton e BECKER, Bertha K. (org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, 2019.

LARROSA, Jorge. **Tremores escritos sobre experiência**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Brasília: Editor Universidade de Brasília, 2004.